



RECURSO ADMINISTRATIVO HABILITAÇÃO JURÍDICA

Processo nº 095/2025
Pregão Eletrônico SRP nº 017/2025
Recorrente: R & J Entretenimento Ltda
Recorrida: SUB MIX PRODUÇÕES LTDA – ME
Município: Ribeirão Vermelho – MG

I. DOS FATOS

A recorrente, com o devido respeito à Comissão de Licitação, apresenta este recurso em caráter técnico e colaborativo, reconhecendo o zelo habitual dessa equipe e compreendendo que, no ritmo de análise documental, algumas circunstâncias podem passar despercebidas — como, ao que parece, ocorreu neste caso.

Na fase de habilitação do Pregão Eletrônico nº 017/2025, a empresa SUB MIX PRODUÇÕES LTDA – ME apresentou apenas o contrato social de constituição (datado de 14/12/2017) e a 2ª alteração contratual (datada de 13/08/2024)

Contudo, conforme demonstra a Certidão Específica da JUCEMG emitida em 07/10/2025, há registro de ato societário arquivado em 14/06/2022, referente à consolidação do contrato social e alteração de atividades e objeto social, documento não juntado pela licitante habilitada.

Essa ausência, ainda que não intencional, interrompe a cadeia de atos societários exigida pelo edital, circunstância que não passou despercebida pelos demais proponentes — incluindo esta recorrente, que se limita a requerer o restabelecimento da estrita observância do instrumento convocatório.

II. DO DIREITO

a) Do princípio da vinculação ao instrumento convocatório

É amplamente reconhecido que o edital constitui a lei interna da licitação, obrigando tanto a Administração quanto os licitantes a observarem fielmente suas regras.

Como ensina José dos Santos Carvalho Filho:



“O edital traduz uma verdadeira lei porque subordina administradores e administrados às regras que estabelece. Para a Administração, desse modo, o edital é ato vinculado e não pode ser desrespeitado por seus agentes.” (*Manual de Direito Administrativo*, 31ª ed., São Paulo: Atlas, 2017.)

O mesmo autor ressalta:

“A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.” (*Op. cit.*)

Assim, o controle de legalidade exercido por esta Comissão — e por seus participantes — deve sempre resguardar o fiel cumprimento do edital, sob pena de violação ao art. 5º, III, e art. 71, caput, da Lei nº 14.133/2021.

III. DA EXIGÊNCIA EDITALÍCIA DE APRESENTAÇÃO DE TODOS OS ATOS SOCIETÁRIOS VIGENTES

O item 9.2.1(b) do edital do Pregão Eletrônico nº 017/2025 (p. 50) estabelece de forma clara: “b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado no órgão pertinente, em se tratando de sociedade comercial (...).”

Trata-se de exigência cumulativa, não alternativa.

As empresas constituídas por contrato social devem apresentar o contrato social e todas as alterações. No caso concreto, a alteração contratual de 2022, indicada pela Certidão da JUCEMG, integra a cadeia societária vigente, razão pela qual sua ausência inviabiliza a aferição plena da habilitação jurídica.

A Cartilha de Licitações e Contratos do TCU (2010, p. 346) dispõe que: “O ato constitutivo ou contrato social das demais sociedades deve estar acompanhado de todas as alterações efetuadas ou da consolidação respectiva.”

Na mesma linha, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul decidiu que:

“Os requisitos estabelecidos no edital de licitação, ‘lei interna da concorrência’, devem ser cumpridos fielmente, sob pena de inabilitação do concorrente.” (*AI – Mandado de Segurança*, Rel. Des. A. Bitar Filho).



Diante disso, não se trata de formalismo, mas de requisitos essenciais de verificação da personalidade e representação da empresa, cuja observância preserva a isonomia entre os licitantes e a segurança jurídica do certame.

IV. DA IMPOSSIBILIDADE DE SANEAMENTO POSTERIOR

Nos termos do art. 64, §2º, da Lei nº 14.133/2021, é vedada a inclusão posterior de documentos de habilitação que deveriam ter sido apresentados no prazo fixado pelo edital.

Como a fase de habilitação e as diligências já se encontram superadas, o vício é insanável, impondo-se a revisão do ato para restabelecer a conformidade legal.

V. DA PROVA DOCUMENTAL DA IRREGULARIDADE

A irregularidade encontra respaldo em documentos oficiais:

1. Contrato Social de Constituição (14/12/2017) – NIRE 31210981551;
2. 2ª Alteração Contratual (13/08/2024) – consolidando Álvaro Vieira Coelho como sócio único;
3. Certidão Específica da JUCEMG (07/10/2025) – registra ato arquivado em 14/06/2022, relativo à consolidação do contrato social, alteração de atividades econômicas e de objeto social, não apresentado na habilitação.

Esses elementos comprovam que a documentação juntada não contempla todas as alterações em vigor, conforme determina o edital.

VI. DO PEDIDO

Diante do exposto — e com a devida deferência à Comissão de Licitação —, requer-se:

1. O provimento do presente recurso, para reformar o ato de habilitação da empresa SUB MIX PRODUÇÕES LTDA – ME, declarando-a inabilitada por descumprimento do item 9.2.1(b) do edital;



2. Que se reconheça que, por se tratar de requisito essencial de habilitação jurídica, a inabilitação deve estender-se a todos os itens e lotes em que a empresa figure como participante ou vencedora, visto que a habilitação jurídica é condição geral e indivisível para qualquer contratação;

3. Caso o certame já tenha sido homologado, requer-se a anulação do ato de habilitação e da adjudicação, com reabertura da fase de habilitação, assegurando-se a observância ao princípio da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório.

A recorrente apresenta esta manifestação em espírito de colaboração institucional, buscando apenas o fiel cumprimento da legislação e do edital — garantias que beneficiam não apenas os participantes, mas também a própria Administração Pública e a regularidade do procedimento licitatório.

Três Corações (MG), 10 de outubro de 2025.

RONDINELE
MATIAS DA
SILVA:059413226
66

Assinado de forma digital
por RONDINELE MATIAS
DA SILVA:05941322666
Dados: 2025.10.10
14:39:33 -03'00'

R & J Entretenimento Ltda
Rondinele Matias Silva



Certidão Específica

A Secretária-Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais **CERTIFICA**, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nos arts. 78, inciso III e 81 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; da Instrução Normativa IN/DREI nº 20, de 5 de dezembro de 2013, a requerimento, conforme protocolo de número **25/659.019-2**, que consta no Cadastro Estadual de Empresas Mercantis, formado e organizado por esta Junta Comercial na forma disciplinada no art. 7º, VIII, do Decreto 1800/1996, registro de **SUB MIX PRODUCOES LTDA - ME**, SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA, NIRE 3121098155-1, CNPJ 29.269.469/0001-02, ATIVA, com sede na RUA SANTA RITA DE CASSIA, 07, BAIRRO CONJUNTO HABITACIONAL SAO JOSE, ITUMIRIM/MG, com dados que em resumo a seguir se especificam:

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
CONTRATO ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA	14/12/2017	31210981551	14/12/2017
ALTERACAO CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS) ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL	14/06/2022	9411996	14/06/2022
ALTERACAO ALTERACAO DE ENDERECO ENTRE MUNICIPIOS DENTRO DO MESMO ESTADO ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS) ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL	13/08/2024	11902549	31/07/2024

Certifica, por derradeiro, serem estes os únicos atos registrados nesta Junta Comercial até a presente data.



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Específica

O referido é verdade. Dou fé. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Nada mais.

Belo Horizonte, 07 de Outubro de 2025.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



Certidão específica emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e certificada digitalmente. Para confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e informe o nº de protocolo C255002887283 e o código de segurança 6Aki. Esta cópia foi autenticada e assinada digitalmente em 07/10/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



Nome: Validador de assinaturas eletrônicas

Data de Validação: 10/10/2025 14:44:16 BRT

Versão do software(Verificador de Conformidade): 2.21.1.2

Versão do software(Validador de Documentos): 3.0.5.2

Fonte de verificação: Offline

Nome do arquivo: Recurso - Ribeirão Vermelho.pdf

Resumo da SHA256 do arquivo:

3958f88906880e3789082e0cdae2bd8e150bb55edf45681481afb015139dbaf5

Tipo do arquivo: PDF

Quantidade de assinaturas: 1

Quantidade de assinaturas ancoradas: 1

CN=RONDINELE MATIAS DA SILVA:***413226**,
OU=videoconferencia, OU=(EM BRANCO), OU=e-CPF A1,
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=13036592000143, O=ICP-Brasil, C=BR

Informações da assinatura

Assinante: CN=RONDINELE MATIAS DA SILVA:***413226**,
OU=videoconferencia, OU=(EM BRANCO), OU=e-CPF A1,
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=13036592000143, O=ICP-Brasil, C=BR

CPF: ***.413.226-**

Tipo de assinatura: Destacada

Status de assinatura: Aprovado

Caminho de certificação: Valid

Estrutura: Em conformidade com o padrão

Cifra assimétrica: Aprovada

Resumo criptográfico: true

Data da assinatura: 10/10/2025 14:39:33 BRT

Atributos obrigatórios: Aprovados

Mensagem de alerta: Nenhuma mensagem de alerta

Política de assinatura:

Certificados utilizados

CN=RONDINELE MATIAS DA SILVA:05941322666,
OU=videoconferencia, OU=(EM BRANCO), OU=e-CPF A1,
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=13036592000143, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC LINK RFB v2, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 13/11/2024 17:17:40 BRT

Aprovado até: 13/11/2025 17:17:40 BRT

Expirado (LCR): false

CN=AC LINK RFB v2, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 27/02/2018 10:42:40 BRT

Aprovado até: 20/02/2029 09:00:04 BRT

Expirado (LCR): false

CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 20/07/2016 10:32:04 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 09:00:04 BRT

Expirado (LCR): false

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de
Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 02/03/2016 10:01:38 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 20:59:38 BRT

Expirado (LCR): false

Atributos usados

Atributos obrigatórios

Nome do atributo: IdMessageDigest

Corretude: Valid

Nome do atributo: IdContentType

Corretude: Valid

Nome do atributo: SignatureDictionary

Corretude: Valid

Atributos Opcionais

Nome do atributo: RevocationInfoArchival

Corretude: Valid